

PENSAR GLOBAL, AGIR LOCAL

livro de
RESUMOS

XIX

ENCONTRO NACIONAL

de **MUNICÍPIOS**
com **CENTRO HISTÓRICO**

21 e 22 de Novembro de 2024
Casa do Brasil . **SANTARÉM**

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico . Câmara Municipal de Santarém





PROGRAMA

DIA 21 (quinta-feira)

9h30 - **Receção aos participantes**

10h00 - **Sessão de abertura**

João Teixeira Leite, Presidente do Município de Santarém

Hugo Miguel Henrique Pereira, Presidente da Direção da APMCH, Presidente do Município de Lagos

Maria de Lurdes Craveiro, Secretária de Estado da Cultura

10h30 - **Pensar Global, Agir Local – Os Centros Históricos e os novos desafios globais**, Ana Paula Amendoeira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo e Coordenadora da Cultura

11h00 - **Pausa para café**

PAINEL 1 – HABITAR OS CENTROS HISTÓRICOS. Moderação Frederico Mendes Paula, Secretário-Geral da APMCH

11h20 – **Políticas de Habitação**, António Gil Leitão, Jurista, Município de Lagos, ex-Presidente do IHRU

11h40 – **Modelos de governança dos Centros Históricos**, Jorge Pulido Valente, Presidente da Direção da Associação de Moradores do Centro Histórico de Mértola

12h00 - **A Permanência Identitária de alguns “Lugares” no Decurso Temporal, Apesar da Gentrificação, caso de estudo: Bairro do Príncipe Real, Lisboa**, Lucinda Caetano, Arquiteta doutora em urbanismo, e Graça Moreira, Arquiteta, Património Cultural - Instituto Público; Associação Portuguesa de Urbanistas

12h20 – **Debate**

12h40 - **Apresentação do “Libro Blanco para la gestión de los Conjuntos Históricos de Castilla y León”** - David Esteban Rodríguez, Presidente da Red de Conjuntos Históricos de Castilla y León

13h10 – **Almoço**

14h30 – **Visita ao Centro Histórico de Santarém**

PAINEL 2 – NOVA LEGISLAÇÃO, NOVOS DESAFIOS. Moderação João Neves Oliveira, Chefe do Gabinete do Centro Histórico do Município de Santarém

16h00 - **Simplex do urbanismo**, Nuno Marques, Urbanista, Diretor do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo do Município de Aljezur

16h20 – **Desafios e Contradições na Reabilitação Urbana: Licenciamento, Património e Centros Históricos**, Hélder Faia Cortez, Arquiteto, Dirigente do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico do Município de Palmela

16:40 – **Debate**

17h00 - **Pausa para café**



PAINEL 3 – AMBIENTE URBANO E NOVAS TECNOLOGIAS. Moderação José Raimundo Noras, Historiador, Município de Santarém

17h20 – **Bairro Digital de Abrantes**, Paulo Rego, Chefe da Divisão de Sistemas de Informação, e Jéssica Mendes, Município de Abrantes

17h40 – **(Re)Reabilitação do Campo da Vinha (Praça Conde de Agrolongo) 1998 – 2025**, Pedro Lopes, Chefe de Divisão do Centro Histórico, e César Lopes, Arquiteto, Município de Braga

18h00 – **Núcleos Urbanos Antigos do Município do Seixal, Estratégias de Divulgação**, João Paulo Santos, Ecomuseu Municipal, Município do Seixal

18:20 – **Debate**

DIA 22 (quinta-feira)

PAINEL 4 – INTERVENÇÕES EM PATRIMONIO. Moderação Eva Neves

10h00 – **Antigas Casas da Câmara– Núcleo Museológico de Pernes**, Raúl Violante, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, Município de Santarém

10h20 – **Linhas de força da toponímia no Centro Histórico de Santarém, séculos XIX e XX**, José Raimundo Noras, Historiador, e António Canavarro, Investigador, Município de Santarém

10h40 - **O projeto da Casa-Museu Garcia de Orta**, António Pita, Presidente do Município de Castelo de Vide

11:00 – **Debate**

11h20 - **Pausa para café**

11h40 – **"A Capela Dourada de Santarém": um projeto de conservação, restauro e restituição ao Centro Histórico**, Eva Neves, Conservadora do Museu Diocesano de Santarém

12h00 - **Visita à Capela da Ordem Terceira de São Francisco, vulgo "Capela Dourada"**

13h20 - **Almoço**

PAINEL 5 – INTERVENÇÕES EM PATRIMONIO. Moderação António Canavarro, Investigador, Município de Santarém

14h00 – **Centros Históricos e Fortificações: três projetos de reabilitação em Lagos, Monsaraz e Juromenha**, José Aguiar, Arquiteto

14h20 - **O Castelo D. Dinis, dos prémios europeus ao abandono quase total**, Jorge Martins, Município de Vila Nova de Cerveira

14h40 - **Apresentação do projeto Centro de Interpretação Santarém Militar**, Luís Mata, Historiador, Município de Santarém

15:00 – **A Praça-Forte de Almeida e suas dinâmicas**, Paula Sousa, Historiadora, Município de Almeida

15h20 – **Debate**



15h30 - **Inauguração da Reabilitação da Igreja de São João do Alporão** – com a presença de S. Exa. o Primeiro Ministro, Luís Montenegro e da Ministra da Cultura Dalila Rodrigues

16h30 – **Conclusões do Encontro**, Frederico Mendes Paula, Secretário-Geral da APMCH

17h00 - **Sessão de encerramento**

José Miguel Correia Noras, Presidente do Conselho de Curadores dos Centros Históricos Portugueses

Alcino Morgado, Vice-Presidente da Direção da APMCH, Vice-Presidente do Município de Almeida

Nuno Domingos, Vereador do Município de Santarém

17h45 - **Prova de vinhos**

19h00 - **Concerto de órgão**

20h00 – **Jantar**



Pensar Global, Agir Local – Os Centros Históricos e os novos desafios globais

Ana Paula Amendoeira,

Vice-Presidente da CCDR Alentejo e Coordenadora da Cultura

Nota biográfica:

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, pela Universidade de Évora e Diplomada em Administração de Projetos Culturais pela Fundação Marcel Hicter, Conselho da Europa, em 2001. Fez o curso curricular de doutoramento em Geografia na Universidade de Paris IV Sorbonne entre 2008 e 2010 com investigação sobre Património Mundial e a aplicação da Convenção de 1972. Foi bolseira de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e ensino Superior e é Investigadora colaboradora do CEAACP e do Laboratório HÉRCULES (Universidade de Évora). Foi Assistente convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nos departamentos de Arqueologia e História da Arte.

Tem desenvolvido a sua investigação na área do património cultural com especialização em Património Mundial da UNESCO. É membro do Grupo de Trabalho para a elaboração da Lista Indicativa do Património Mundial Português a convite da Comissão Nacional da UNESCO desde 2004. Membro eleito do Comité Executivo Internacional do ICOMOS, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, e do Comité do ICOMOS Foi Presidente do ICOMOS Portugal entre Março de 2011 e Dezembro 2015, exercendo o cargo de Vice-Presidente desde Dezembro de 2015. Foi Diretora Regional de Cultura do Alentejo, a partir de Dezembro de 2013 e, na sequência da extinção das Direções Regionais de Cultura em 31 de dezembro de 2023, foi nomeada Vice-Presidente da CCDR- Alentejo I.P. para a Cultura. Foram-lhe atribuídos prémios e distinções por várias organizações de que se destaca o Prémio Prestígio Cultura da Revista Mais Alentejo e o Prémio Nacional Memória e Identidade 2023 atribuído pela Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico bem como as distinções e homenagens com a atribuição da medalha de mérito cultural por vários municípios do Alentejo.



PAINEL 1 – HABITAR OS CENTROS HISTÓRICOS

Moderação:

Frederico Mendes Paula

Secretário-Geral da APMCH

Políticas de Habitação

António Gil Leitão

Jurista, Município de Lagos, ex-Presidente do IHRU

Resumo:

Um olhar sobre as políticas públicas de habitação, tendo por referência o tipo de instrumentos previstos na Lei de Bases da Habitação (Medidas de promoção e gestão da habitação pública; Medidas tributárias e política fiscal; Medidas de apoio financeiro e subsídio; Medidas legislativas e de regulação).

Nota biográfica:

António Gil Leitão, jurista de formação, técnico municipal de carreira, com experiência na área do urbanismo, reabilitação urbana, fundos comunitários e, nos últimos 6 anos com experiência na área da habitação, tendo trabalhado como adjunto no gabinete da Secretária de Estado da Habitação, chefe de gabinete da Ministra da Habitação e, mais recentemente, até setembro de 2024, Presidente do Conselho Diretivo do IHRU, IP.



Modelos de governança dos Centros Históricos

Jorge Pulido Valente
Presidente da Direção da Associação de Moradores
do Centro Histórico de Mértola

Resumo:

A comunicação analisará os modelos de governança em vigor e apresentará um novo modelo de governação integrada, partilhada e participativa, em que as associações de moradores poderão desempenhar um papel crucial de ligação dos vários intervenientes com a população residente.

Na oportunidade, serão apresentadas as iniciativas e actividades que a AMCHM tem vindo a desenvolver no CH de Mértola.

A finalizar, serão apresentados os principais desafios e oportunidades que se colocam aos Centros Históricos e às instituições que intervêm nestes espaços.

Nota biográfica:

Jorge Pulido Valente é licenciado em História pela Universidade de Évora, onde também completou a pós-graduação em Administração pública. Foi Vereador da Câmara Municipal de Mértola, entre 1982 e 1985, e, décadas depois Presidente da mesma autarquia, entre 2001 e 2007. Técnico superior no Município de Beja, veio a ser diretor de Departamento, bem como Presidente da Câmara Municipal, entre 2009 e 2013. Foi vice-presidente da CDDRA, regressando depois aos quadros da Câmara Municipal de Mértola. Desde 2022, tem desempenhado várias funções de consultoria. É fundador e dirigente da Associação de Moradores do Centro Histórico de Mértola (AMCHM).



A Permanência Identitária de alguns “Lugares” no Decurso Temporal, Apesar da Gentrificação, caso de estudo: Bairro do Príncipe Real, Lisboa

Lucinda Caetano

Arquiteta, Património Cultural - Instituto Público

Graça Moreira

Arquiteta, Associação Portuguesa de Urbanistas

Resumo:

Esta comunicação pretende refletir sobre a permanência da identidade em alguns “lugares” da cidade numa análise temporal, apesar da gentrificação decorrente dos processos de reabilitação urbana. Esta reflexão insere-se no tema do Turismo e Património e pretende debruçar-se sobre o conceito de “identidade”. Se, como diz Brandão (2011, p. 63), a perceção da identidade «faculta o reconhecimento do carácter não tanto como sendo constante, mas sim como sendo coerente consigo próprio», dentro dessa coerência podemos subdividir a identidade em dois aspetos: um relativo às questões arquitetónicas e urbanísticas e outro que se relaciona mais com a comunidade, a perceção da comunidade, a memória e as narrativas. Se considerar-se a “cidade” como o somatório do suporte físico; da comunidade; da memória da cidade/coletiva, ou seja, das narrativas integradas no seu percurso evolucionar, percebe-se que mesmo que a componente da comunidade não se preserve, desde que o suporte físico se mantenha as narrativas tenderão a colmatar essa ausência da “comunidade”, preservando uma memória da “identidade” daquele lugar. Isto porque, conforme diz Françoise Choay (2004, p.70), existe uma dicotomia entre a cidade e o urbano, onde a cidade seria a junção entre urbe (suporte físico) e *civitas* (comunidade), enquanto urbano reportar-se-ia apenas ao “espaço construído”. Noutras palavras, poderíamos dizer que esse suporte físico quando tem uma narrativa própria que se preservou no decurso temporal acaba por garantir a essência do conceito “cidade”, mesmo quando há gentrificação. À guisa de conclusão julgamos importante salientar algo inédito que ocorre no Príncipe Real, onde foi criada uma associação “aparentemente local”, constituída pelos empresários internacionais que têm sede no



local, responsável pela realização de eventos [*Festival Bairro Real regressa depois do sucesso da última edição (lisboasecreta.co)*], criando o sentido de comunidade associado ao “glamour” do lugar. A questão que importa colocar é se os processos de gentrificação passarão a ser seguidos pela “criação de uma nova comunidade”, promovida pelos próprios promotores imobiliários.

Notas biográficas:

Lucinda Oliveira Caetano é arquiteta urbanista, com mestrado em História e Crítica da Arte. Pós-graduação em Arqueologia e Património, e doutora em Urbanismo. Tem trabalhado principalmente na Administração Pública no Brasil e em Portugal, em Instituições de Ensino, Administração Local e Central. Atualmente integra o corpo técnico do Património Cultural – Instituto Público (PC-IP) e colabora, desde 2015, como investigadora no Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. É presidente da Assembleia da Associação Cívica Cidade da Participação.

M.^a **Graça Moreira** é doutorada em Planeamento Regional e Urbano pela UTL, com o trabalho “Processos de Requalificação Urbana – uma análise comparativa entre Liverpool, Almada e Barreiro”. Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela UTL e licenciada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professora auxiliar aposentada da Faculdade de Arquitetura da UL. Investigadora do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, desde a sua fundação em 2006 até 2020. Tem vários artigos publicados sobre estudos urbanos.



Apresentação do “Libro Blanco para la gestión de los Conjuntos Históricos de Castilla y León”

David Esteban Rodríguez

Presidente da Red de Conjuntos Históricos de Castilla y León

Nota biográfica:

David Esteban Rodriguez tem formação como Gestor Cultural, é Licenciado em Publicidade e Relações Públicas, Máster Oficial em Economia da Cultura e Doutorado em Património Cultural e Natural.

É Presidente da Rede de Conjuntos Históricos de Castilla y León, Presidente do Município de Medina de Rioseco e Vice-Presidente da Mancomunidade Campos Góticos.



PAINEL 2 – NOVA LEGISLAÇÃO, NOVOS DESAFIOS.

Moderação

João Neves Oliveira

Chefe do Gabinete do Centro Histórico do
Município de Santarém

SIMPLEX URBANÍSTICO/2024: DO PATERNALISMO ADMINISTRATIVO À APRECIÇÃO LIMINAR - Ganharão os Centros Históricos com menos controlo prévio nas Zonas Urbanas Consolidadas?

Nuno Marques,

Urbanista, Diretor do Departamento Técnico de Obras e
Urbanismo do Município de Aljezur

Resumo:

As alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, vulgo 'SIMPLEX URBANÍSTICO', alteram o paradigma da gestão urbanística.

As intenções de desburocratização, maior responsabilização dos intervenientes, aumento de operações urbanísticas sem atos permissivos prévios e a generalização do deferimento tácito, associados à ausência de um adequado período adaptativo, obrigam os municípios a mudanças rápidas e significativas dos serviços municipais de urbanismo.

Na Câmara Municipal de Aljezur o SIMPLEX/2024 foi assumido como uma oportunidade de mudança para a gestão procedimental urbanística, não só para procurar assegurar o cumprimento dos prazos, mas também para otimizar os meios humanos disponíveis, acelerar a desmaterialização ou acentuar o envolvimento e a partilha de informação entre técnicos e dirigentes, apostando na apreciação liminar e em conferências decisórias como atributos primaciais do novo modelo.

Confrontamo-nos com a obrigação de virar uma enraizada página de paternalismo administrativo, passando o fator tempo a ser basilar nos procedimentos, e a ter de rever o nosso modelo de organização para lidar com este afã simplificador.

Exemplo disso é o caso previsto na alínea e), do n.º 4, do artigo 4.º do RJUE, das “obras de construção, de alteração exterior ou de ampliação em zona urbana consolidada (...) das quais não resulte edificação com cêrcea superior à altura mais frequente (...)”

Sem ignorar o que alguma Doutrina vem entendendo sobre a necessidade das zonas urbanas consolidadas terem de ser delimitadas nos planos territoriais para que a referida norma possa ser aplicada – entendimento não isento de dúvidas mas que, por enquanto, vimos perfilhando -, a passagem desse género de operações urbanísticas do âmbito da comunicação prévia para o das obras isentas, se bem que reveladora de algum aventureirismo legislativo, é ilustrativa do novo maximalismo simplificador que inspira a lei e que parece não recluir que os particulares disponham de poderes de determinação do alcance de normas que a Administração tinha como exclusivamente seus.

A consolidar-se a norma e o pensamento que a inspira - o que em breve perceberemos com a próxima alteração ao RJUE -, poderão ser muitas mais as operações urbanísticas nas zonas urbanas consolidadas, como tal definidas na alínea o), do artigo 2.º, do RJUE, a poderem ser realizadas nestas áreas sem controlo prévio, com todo o potencial litigioso que se antevê e sem que se descortine. que benefícios poderá isso trazer para a integridade e valorização dos centros históricos portugueses.

Nota biográfica:

Nuno Pedro dos Santos Borges **Marques** é urbanista e Diretor do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Aljezur, desde 2 de novembro de 2023. Foi Chefe de Divisão da Divisão de Planeamento Territorial da Câmara Municipal de Lagos entre 2022 e 2023. Foi Vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve entre 2012 e 2020. Foi Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, entre 2011 e 2012. Foi Professor, responsável pela disciplina de Urbanística, do curso de Arquitetura da Universidade Lusófona/Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, entre 2002 e 2007. É Formador/E-formador em assuntos de ordenamento, avaliação de impacte ambiental e gestão territorial desde 2021.



Desafios e contradições na Reabilitação Urbana: Licenciamento, Património e Centros históricos

Hélder Faia Cortez,

Arquiteto, Dirigente do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico do Município de Palmela

Resumo:

A apresentação “título” visa aprofundar a articulação entre 3 pilares fundamentais: o quadro legal de licenciamento, a reabilitação urbana e a proteção dos centros históricos, com especial atenção às recentes tendências de simplificação procedimental no contexto do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE).

Desde a sua primeira versão, em 1999, até as inovações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2024, o RJUE tem promovido uma redução do escrutínio administrativo e, ao mesmo tempo, uma maior responsabilização dos técnicos que elaboram projetos, incluindo várias isenções de controlo prévio para obras de conservação e alterações interiores. No entanto, surgem questões cruciais sobre a aplicação dessas isenções, especialmente nas zonas de proteção de bens classificados, onde se debatem as tensões entre a necessidade de reabilitação urbana e a tutela do património.

A presente comunicação propõe-se analisar a relação entre o regime de licenciamento, a tutela do património e a reabilitação urbana, argumentando sobre a necessidade de fundamentação nas decisões administrativas que afetam direitos protegidos. Aponta a obsolescência física de edifícios antigos e a importância da conciliação entre a preservação do património e as exigências contemporâneas de habitabilidade e eficiência energética. Pretende-se ainda realçar que os centros históricos devem ser valorizados como espaços vivos e plurifuncionais, enfatizando a tensão existente entre a simplificação dos licenciamentos e a proteção do património, reflexo das diferentes esferas de interesse que influenciam a produção legislativa.



Nota biográfica:

Helder Faia Cortez, arquiteto desde 2001. Iniciou sua atividade na Câmara Municipal de Palmela em 2003, atuando no Departamento de Administração Urbanística até 2015. Durante esse período, passou pela Divisão de Gestão Urbanística, Atividades Económicas e Reabilitação Urbana. Entre 2016 e 2017, ocupou o cargo de Chefe da Unidade de Obras e Serviços Urbanos na Câmara Municipal de Barrancos. Em 2018, retornou à Câmara Municipal de Palmela, onde continuou sua atuação no Departamento de Administração Urbanística. Desde 2022, exerce a função de Chefe de Gabinete da Recuperação do Centro Histórico de Palmela.



PAINEL 3 – AMBIENTE URBANO E NOVAS TECNOLOGIAS

Moderação

José Raimundo Noras

Historiador, Município de Santarém

Bairro Digital de Abrantes

Paulo Rêgo,

Chefe da Divisão de Sistemas de Informação

Jéssica Mendes

Município de Abrantes

Resumo:

Imaginem-se a passear pelas ruas do centro histórico de Abrantes, onde a calçada ecoa as histórias de quem ali trabalha há décadas, cada loja tem um toque pessoal, cada café e restaurante uma tradição que se sente na própria comida. Esta caminhada de negócios, pessoas, histórias, sabores e ligações é o mote que serve de alicerce ao Bairro Comercial Digital de Abrantes. Desta feita, não se trata apenas um projeto de e-commerce, trata-se de uma nova fase que preserva e adapta o que já é tão nosso, utilizando a tecnologia como ponto de ligação e não de substituição, valorizando a tradição, o intuito passa por disponibilizar um projeto acessível e moderno, onde o digital respeita e fortalece o lado humano do nosso “bairro”.

Todavia, uma vez que Abrantes é mais do que o seu centro histórico, ainda que numa fase inicial o Bairro Comercial Digital represente o coração da cidade, a expectativa é que em 2025 seja o pulso de todo o concelho. Através de um planeamento estruturado que visa garantir a sustentabilidade do projeto, prevemos com esta expansão, disponibilizar a todos os operadores económicos a oportunidade de crescerem juntos, assim sendo, não estamos apenas a digitalizar o comércio, mas também a ligar todos os pontos da nossa cidade. Neste sentido, podemos olhar para o Bairro Comercial Digital de Abrantes como uma rede feita de ligações reais e digitais, onde cada operador tem o seu espaço, mas todos estão conectados por uma mesma plataforma, seja no centro ou nas freguesias vizinhas. Eis, então, o mote que serve de alicerce ao



nosso projeto: um “bairro” onde cada operador, onde de cada canto de Abrantes, se unem numa mesma rede, sendo parte integrante desta nova era digital.

Notas Biográficas:

Paulo Rêgo é Chefe da Divisão de Sistemas de Informação da CMA. Com uma visão estratégica e uma dedicação inabalável à inovação, lidera a transformação digital com o objetivo de modernizar e otimizar os processos que impulsionam o comércio local. Responsável por toda a componente informática, trabalha para desenvolver soluções tecnológicas competentes e integradas, criando ferramentas eficientes, acessíveis e orientadas para as necessidades da comunidade. A sua experiência e competência são fundamentais para que o projeto una a tradição e a inovação, colocando a tecnologia ao serviço das pessoas e do desenvolvimento da região.

Jessica Mendes é Gestora do Bairro Comercial Digital de Abrantes, sou uma apaixonada pela minha cidade e pela sua rica tradição cultural e histórica, comprometida com o progresso e a modernização, trabalho para integrar a tecnologia como uma ponte entre o tradicional e o moderno, preservando a essência única de cada loja e o encanto das histórias locais. Com dinamismo e convicção, guio o meu trabalho para humanizar a tecnologia, fortalecer laços comunitários e criar um espaço digital vibrante, ao serviço das pessoas e da nossa comunidade.

(Re)Reabilitação do Campo da Vinha (Praça Conde de Agrolongo)

1998 – 2025

Pedro Lopes

Chefe de Divisão do Centro Histórico

César Lopes

Arquiteto

Município de Braga

Resumo:

A comunicação a apresentar versará sobre o processo de (re)reabilitação da maior praça da cidade de Braga, situada no coração do Centro Histórico, conhecida pelos bracarenses como Campo da Vinha, ainda que a sua designação toponímica seja Praça Conde de Agrolongo. Trata-se de um dos denominados “campos” oferecidos à cidade nos primórdios do Século XVI pelo então arcebispo D. Diogo de Sousa que, na sua visão humanista, abriu a malha medieval criando grandes espaços abertos, nos quais, nos séculos seguintes e até à atualidade, se vêm desenvolvendo as principais actividades lúdico-sociais, culturais e económicas da cidade. A comunicação apresentará o processo de reabilitação operada neste espaço entre 1996 e 1998, com base num concurso Público de Ideias, organizado em duas fases que contou com o apoio da então Associação de Arquitetos Portugueses, como entidade parceira na organização do concurso e com uma figura maior da arquitetura, como convidado do Júri. Apresentaram-se a concurso muitas equipas, passando à segunda fase apenas 5, de entre as quais saiu a proposta vencedora. A proposta selecionada e objeto de execução foi contestada, e nunca se afirmou como opção “amada”, desde logo pelos bracarenses, um projeto, que na opinião de muitos, terá ficado aquém dos principais objetivos preconizados. Neste contexto e face ao tempo decorrido, a CM Braga através da Divisão do Centro Histórico, vem desenvolvendo estudos com vista à reabilitação de um espaço já antes reabilitado que consigam responder às “expectativas” de uso e fruição desta enorme Praça, como espaço âncora nas actividades culturais, lúdicas e sociais da cidade, melhorando também a ligação com a vasta zona pedonal do centro Histórico (a sul), criando uma efetiva ligação com o Mercado Municipal, recentemente reabilitado, minimizando as atuais barreiras arquitetónicas na confluência dos



arruamentos localizados a Norte do “Campo da Vinha”. A comunicação será antes de mais, um momento de partilha de informação acerca de um processo singular (pelo menos em Braga) que visa uma nova reabilitação de um espaço público e, simultaneamente, de apresentação (e discussão) de ideias para a “nova velha” Praça.

Notas biográficas:

César Daniel Barbosa Lopes, Licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Famalicão, Mestre em “Energias como parte integrante da arquitetura”. Entre 2002 e 2012, exercício de funções em empresa privada como técnico desenhador projetista, entre 2010 e 2011, arquiteto estagiário na Câmara Municipal de Barcelos, entre 2012 a 2021, exercício de funções como Coordenador do departamento de Arquitetura em empresa privada, a partir 2023 até à data, exercício de funções na Divisão do Centro Histórico Património e Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

José **Pedro Cortes Lopes**, licenciado em História pela Universidade do Porto, pós graduado em Gestão Estratégica do Património na Administração Pública, pelo Instituto Português do Património Arquitetónico em parceria com o I.S.P.G, pós graduado em Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), pela Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais, chefe de Divisão da Renovação Urbana da CM Braga de 1996 a 2015, chefe de Divisão do Centro Histórico Património e Arqueologia da CM Braga de 2015 até à presente data.



Núcleos Urbanos Antigos Do Município Do Seixal Estratégias De Divulgação

João Paulo Santos

Arquiteto, Município do Seixal

Resumo:

No Município do Seixal, instaurado em 1836, estão identificados e delimitados quatro Núcleos Urbanos Antigos: Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Amora. Se os primeiros estudos datam da década de 80 do séc. XX, a primeira delimitação e Regulamento de Proteção foram aprovados pela Câmara Municipal em 1991 e posteriormente integrados no Plano Diretor Municipal, que entrou em vigor no ano de 1993. As primeiras ações de divulgação dos Núcleos Urbanos Antigos compreenderam a publicação de artigos específicos no extinto Boletim Ecomuseu Informação (1996-2001). Foram também realizadas pequenas visitas guiadas destinadas a Escolas do Ensino Básico do Concelho, incidindo maioritariamente nos imóveis classificados superiormente, com destaque para a Igreja Paroquial de Arrentela e, já com caráter mais especializado, para uma Ação de Formação para Professores, na Área do Património Cultural do Município. Esta última iniciativa esteve na génese das ações atualmente implementadas que, para além do Público Escolar, abrangem também Público Juvenil e Adulto. Para estas faixas etárias mais elevadas, a estratégia de divulgação assenta em percursos guiados, a pé, por cada um dos Núcleos Urbanos Antigos, com paragens para abordagem de factos históricos, tradições e aspetos pitorescos associados aos edifícios ou espaços, acompanhada da observação de imagens antigas de cinco grandes períodos – final do séc. XIX e primeira década do séc. XX; anos 30, anos 50 e 60 e segunda metade da década de 70 do séc. XX; e 2005 – com o conseqüente incremento de facilidade e interesse na contextualização dos locais e acontecimentos narrados. Para o Público Escolar (Ensino Básico), e procurando explorar a curiosidade natural das crianças, ainda não impregnada de ideias pré-concebidas e lugares-comuns, foi implementada, em 2023, a iniciativa O Meu Vizinho Património, que compreende uma palestra apoiada por powerpoint, seguida de uma visita guiada a imóveis inventariados na Carta do Património Cultural Imóvel do



Município do Seixal, selecionados pela escola de entre a listagem previamente disponibilizada pelo Ecomuseu Municipal e referentes ao território da Freguesia ou antiga Freguesia em que se situa a estabelecimento escolar.

Nota biográfica:

João Paulo Santos, natural de Cova da Piedade, Almada. Licenciado em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa em 1989. Membro efetivo da Ordem dos Arquitetos. Depois de um curto período como docente do Ensino Secundário, ingressou como Técnico Superior no Quadro do Município do Seixal - Câmara Municipal, em 1990, desempenhando atualmente funções no Ecomuseu Municipal, na área do Património Cultural Material, nomeadamente Imóvel, e Imaterial do Concelho.



PAINEL 4 – INTERVENÇÕES EM PATRIMONIO

Moderação

Eva Neves, Conservadora do
Museu Diocesano de Santarém

Antigas Casas da Câmara– Núcleo Museológico de Pernes

Raúl Violante

Presidente da Junta de Freguesia de Pernes

Resumo:

Após a extinção do concelho de Pernes em 1855, as Casas da Câmara continuaram a ser a sede do poder local, com a sua utilização pela Junta da Paróquia e Regedoria. Embora o conjunto edificado tenha sido em parte vendido em hasta pública no reinado de D. Manuel II, após a implantação da República passou a ser a sede da Junta de Freguesia de Pernes até finais de 1954. Posteriormente e até à atualidade serviu para diversos fins, nomeadamente GNR, sede de associações locais, armazém de materiais da autarquia etc. Após obras de reabilitação em 2015, o imóvel ficou sem utilização até que em finais de 2023 o Sr. Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Nuno Domingos lançou o repto de ali ser criado um Núcleo Museológico. Sob a orientação dos técnicos do Município Drs. Luis Mata e Carlos Amado e em articulação com a Junta de Freguesia, foi possível transformar aquele espaço num Núcleo Museológico. A Carta de Foral atribuída em 1514 por D. Manuel I, a formação do concelho, o mercado semanal, a prisão e a Torre do Relógio, são os temas mais relevantes ali tratados

Nota biográfica:

Raúl Augusto Duarte Violante, nasceu em Pernes (concelho de Santarém) a 25 de novembro de 1949, onde concluindo a instrução primária na escola local, frequentou o Liceu de Santarém, entre 1961 e 1967, bem com o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) – atual Instituto Superior de Economia e Gestão



(ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa, concluindo a licenciatura em economia em 1973. Foi professor no Liceu Nacional D. Pedro V (Lisboa), em 1972/73, e no ano letivo seguinte no então Liceu Nacional de Santarém.

Após a revolução de 25 de abril de 1974, foi vereador da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santarém, sob a presidência do Dr. Francisco Pereira Viegas. Nas primeiras eleições autárquicas livres, foi eleito deputado municipal na Assembleia Municipal de Santarém, a 12 de dezembro de 1976, para mandato de 1977 a 1979. Na década seguinte, no contexto da atividade política, entre, 1980 e 1981 foi Presidente do Conselho Municipal de Santarém, órgão autárquico entretanto extinto. Na década de 90, foi eleito vereador da Câmara Municipal, entre 1994 e 1997, sob a presidência do Dr. José Miguel Noras.

No âmbito dos Bombeiros, em 1977 foi um dos fundadores da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pernes, da qual foi Presidente da Direção durante os primeiros 20 anos e Comandante do Corpo de Bombeiros durante 15 anos, tendo exercido vários cargos aos níveis regional e nacional. Em 1992, foi distinguido pela Liga dos Bombeiros Portugueses com a Medalha de Serviços Distintos - Grau Ouro. Desempenhou diferentes funções na Santa Casa da Misericórdia de Pernes, onde foi Provedor entre 1990 e 1995.

Foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Pernes, entre 2017 e 2021, tendo sido eleito Presidente da respetiva Junta de Freguesia em 2021, para o corrente mandato. É empresário, desde 1976, continuando uma tradição familiar na indústria de torneados de madeira, que remonta a 1885.



Linhas de força da toponímia no Centro Histórico de Santarém, séculos XIX e XX

José Raimundo Noras, Historiador
António Canavarro, Investigador
Gabinete do Centro Histórico do
Município de Santarém

Resumo:

Na presente comunicação intitulada – Linhas de força da toponímia no Centro Histórico de Santarém, séculos XIX e XX, procuramos dar conta da evolução deste estudo iniciado em 2022, que futuramente abrangerá a zona ribeirinha de Santarém. Se num tempo pretérito, desde a idade média a toponímia escalabitana tinha, como nas demais cidades congéneres, tinha uma dimensão consuetudinária e circunstancial, já que eram desprovidas de demais intenções, ou muito circunscritas, como seja à flora, a uma determinada figura proeminente, à religião, com a emergência dos ideais liberais, a realidade passou a ser regulamentada. Foi com este intuito que, desde a implantação do código administrativo de Rodrigues Sampaio, de 6 de maio de 1878, passou a ser uma atribuição dos municípios “*determinar a denominação dos lugares públicos e a numeração dos prédios*”, (Código Administrativo de 1878, artigo 103.º).

Assim, o nosso propósito é neste fórum dar-vos conta das nossas investigações, recordando, todavia, de que mais do que um estudo histórico, referenciando a razão desta ou aquela designação, a toponímia é um “(...) meio de referência territorial, com função cultural e comunicacional, contribuindo, simultaneamente, para a memorização de acontecimentos, características locais e personalidades, consubstanciando-se em designações ou identificações. Os topónimos constituem-se, assim, como mensageiros culturais capazes de através do seu entendimento alcançar conhecimento e interpretar significados, cujas relações com o espaço e as suas especificidades são largamente ultrapassadas, projetando a qualificação dos lugares e difusão dos elementos patrimoniais” (Gonçalo Poeta Fernandes, 2015).



Notas biográficas:

José Miguel Raimundo Noras é licenciado em História e mestre em História de Arte, Turismo e Património Cultural, pela Universidade de Coimbra. Doutorou-se em História, na Universidade de Lisboa, em 2022. Tem publicados vários artigos em revistas especializadas; capítulos de livros e livros, nas áreas de História e História da Arte, no total de 13 publicações científicas. Foi Secretário-Geral da Associação dos Municípios com Centro Histórico entre 2014 e 2017. Atualmente, é Historiador no Gabinete do Centro Histórico do Município de Santarém.

António Lino de Passos de Sousa **Canavarro** formado e pós-graduado em relações internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Estagiário na Direção-Geral X de apoio aos países da África, Caraíbas e Pacífico da Comissão Europeia, em Bruxelas, entre 1994 a 1996. Funcionário na Exposição Universal de Lisboa, Expo 98, no pavilhão da União Europeia, de maio a outubro de 1998. Vice-presidente da Fundação Passos Canavarro - Arte, Ciência e Democracia de 2000 a 2019. Diretor da Casa-museu Passos Canavarro, de 2011 a 2019 Assessor no Gabinete do Centro Histórico de Santarém, como investigador.



O projeto da Casa-Museu Garcia de Orta

António Pita,

Presidente do Município de Castelo de Vide

Resumo:

Este espaço museológico será dedicado a Garcia d'Orta, cristão-novo natural de Castelo de Vide, figura relevante do Renascimento Português e importante médico naturalista de dimensão mundial. Será instalado no edifício das antigas Termas de Castelo de Vide.

Memórias do edifício, nota histórica-artística

Uma das primeiras referências às águas de Castelo de Vide data de 1706, e refere-se à Fonte da Vila, cuja edificação deverá remontar ao reinado de D. João III.

Apesar da excelência reconhecida da água e das suas propriedades terapêuticas, bem como a importância local da fonte (que constitui um ponto gerador do próprio sistema urbano medieval), como esta, outras nascentes da localidade - caso da Fonte da Mealhada -, só foram consideradas por Charles Lepierre em 1918, data a partir da qual começou a ser estudada a captação da nascente. Em 1940 iniciaram-se estudos para novas captações, e teve início a construção do balneário.

A vila medieval recebeu uma rede de esgotos moderna e todo o caudal da Fonte da Vila foi para o complexo termal.

O balneário ficou concluído em 1942, com o projeto dos arquitetos Ernesto e Camilo Korrodi.

O estabelecimento termal e anexos, localizados a cerca de 20 metros da Fonte da Vila e num nível médio a 4 a 5 metros inferior a esta, incluía um buvette (sendo que a água de Castelo de Vide é particularmente adequada a tratamentos por ingestão). Havia quatro quartos de banho para homens e quatro para mulheres, e cabines para duchas e outros tratamentos. O edifício, de dimensões modestas, é um exemplo típico da arquitetura pública do Estado Novo, de estética regionalista. As termas funcionaram até ao início da década de 90.

O edifício foi recuperado e encontra-se pronto para receber o Centro de Interpretação Garcia d'Orta e um espaço dedicado à memória do edifício.



Nota biográfica:

António Manuel das Neves Nobre Pita, foi oficial do Exército de 1984 a 1989 e frequentou o curso de arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (UP). Em 1981 foi cofundador do Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, que em 1990 viria a constituir-se na subunidade orgânica municipal, onde desenvolveu a sua atividade profissional até 2001. No âmbito da sua atividade técnica participou em vários projetos científicos de âmbito histórico-arqueológico, tendo produzido vários trabalhos publicados subordinados à história local. De 2001 a 2013 desempenhou o cargo vereador da Câmara Municipal de Castelo de Vide, tendo sido nomeado vice-presidente durante esse período, onde assumiu os pelouros de Turismo, Cultura, Ambiente e Cooperação Transfronteiriça. Desde Outubro de 2013 que exerce o cargo de presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide.



"A Capela Dourada de Santarém": um projeto de conservação, restauro e restituição ao Centro Histórico

Eva Raquel Neves

Conservadora do Museu Diocesano de Santarém

Resumo:

"Capela Dourada" é o nome pelo qual comumente é designada a casa da Venerável Ordem Terceira de Franciscanos seculares, fundada em 1666, anexa a outra estrutura Franciscana de Santarém, o Convento de Nossa Senhora de Jesus do Sítio.

Gozou, desde a sua origem, de um considerável número de irmãos professos, sobretudo da elite escalabitana, e provavelmente um número considerável de esmolas que permitiu a realização das diversas campanhas artísticas, nos primeiros anos do século XVIII, sobretudo pintura e escultura, talha dourada e azulejo figurativo.

Se ainda hoje podemos observar este belíssimo exemplar de "obra de arte total", certo é que o estado de degradação a que chegou colocou em risco o seu valor patrimonial, ditando o seu encerramento ao público por vários anos.

Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, de assinalável riqueza patrimonial, histórica e artística, em boa hora houve coragem de avançar com um projeto para a sua recuperação e valorização, concretizado através de verbas do Fundo Rainha Dona Leonor (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e União das Misericórdias Portuguesas) e da Câmara Municipal de Santarém, e apoio técnico da Diocese de Santarém através dos seus serviços vocacionados para estas matérias.

A presente apresentação procurará fazer memória deste percurso, desde o projeto à execução, que permitiu devolver o monumento ao centro histórico e a todos os que habitam e visitam a cidade de Santarém.

Eva Raquel Neves licenciada em Conservação e Restauro, com especialização em Documentos Gráficos, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (2001-2006). Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde desenvolve estudo sobre Circulação e Dispersão do Património Artístico da Diocese de Santarém (2021-). Frequenta a Pós-Graduação em Direito do Património Cultural, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



(2023-2024). Integra a Comissão Diocesana para os Bens Culturais da Igreja da Diocese de Santarém, sendo responsável pelo Projeto de Inventariação, Diagnóstico e Valorização do Património Cultural (2006 ao presente). Nesse âmbito tem coordenado diversas exposições e publicações, ações de formação dos agentes culturais e as Jornadas Diocesanas dedicadas aos bens culturais da Igreja, tendo a seu cargo o apoio técnico, científico e fiscalização dos trabalhos de conservação e restauro do património da Diocese. Membro da equipa coordenadora do Projeto Rota das Catedrais em Santarém (projeto distinguido com o Prémio Vasco Vilalva para a Recuperação do Património, da Fundação Calouste Gulbenkian (2014) e Prémio da UE par o Património Cultural / Prémio Europa Nostra 2016, na categoria Conservação), onde desenvolveu especial atividade no âmbito dos processos de conservação e restauro de património imóvel, integrado e móvel da Catedral, e em particular na criação e instalação do Museu Diocesano de Santarém, onde desempenha atualmente funções de Conservadora, com especial enfoque à preparação das exposições temporárias e estudo da coleção em exposição permanente, tendo coordenado o Catálogo “Catedral e Museu Diocesano de Santarém”, editado em 2021 e distinguido com o Prémio de melhor Catálogo pela APOM. Organiza anualmente a programação cultural +MUSEU, promovido pelo Museu Diocesano de Santarém.

Dirige, desde 2020, o Secretariado Diocesano da Pastoral do Turismo. É responsável pela instalação em reserva da coleção de têxteis litúrgicos da Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma (2012) e respetivo inventário (2020-2022).

Colabora com o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja nas diversas áreas de intervenção, em particular nos projetos de Inventário, Boas Práticas, Conservação Preventiva e Formação. Atualmente coordena o Grupo de Trabalho para a área da Conservação e Restauro, sendo ainda membro do Grupo de Trabalho para os Museus e Projetos Expositivos.



PAINEL 5 – INTERVENÇÕES EM PATRIMONIO

Moderação

António Canavarro

Investigador, Município de Santarém

Centros Históricos e Fortificações: três projetos de reabilitação em Lagos, Monsaraz e Juromenha,

José Aguiar

Arquiteto

Resumo:

Portugal detém com Espanha uma das mais antigas e estáveis fronteiras da Europa. Surgiram, nestas terras da Raia e do nosso litoral Sul, cidades fortificadas do mais relevante interesse cultural que deixaram marcas universais (na expansão Ibérica para a África, Américas e Ásia, etc.).

A inscrição de Elvas na lista indicativa da UNESCO abriu a porta a outras candidaturas em série deste tipo. Apresentam-se e discutem-se algumas das escolhas e decisões arquitetónicas e urbanísticas de alguns projetos de conservação, restauro e reabilitação desenvolvidos recentemente para (e promovidos por) algumas dessas cidades, como Lagos, Monsaraz e Juromenha.

Nota biográfica:

José Aguiar, é Professor Catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (Coordena a área de Conservação, Restauro e Reabilitação); durante duas décadas foi Investigador do LNEC; foi Presidente do ICOMOS Portugal (integra hoje o seu Conselho de Administração); por protocolo a FAUL, na última década, tem colaborado com Pedro Pacheco Arquitetos em diversos projetos de conservação patrimonial.



O Castelo D. Dinis, dos prémios europeus ao abandono quase total

Jorge Martins

Arquiteto, Município de Vila Nova de Cerveira

Resumo:

Vila Nova de Cerveira, é uma pequena e agradável Vila portuguesa localizada na parte norte do país, na região do Alto Minho, nas margens do rio Minho, em frente a Espanha. O rei D. Dinis de Portugal fundou-a no século XIV, a 1 de outubro de 1321. Hoje, a Vila é famosa pelo seu enorme mercado semanal aos sábados e pela Bienal Internacional de Arte de Cerveira, o festival de arte mais antigo de península Ibérica, que se realiza desde 1978. A oferta cultural de excelência em Vila Nova de Cerveira é hoje um fator incontornável que distingue o concelho e as suas gentes.

Os lugares patrimoniais representam uma referência nas ações e experiências passadas, pois podem ser armazenados memórias, valores e desejos. Este vínculo emocional é conhecido como 'apego ao lugar' que, segundo vários estudos, é um 'high predictor' para ações de proteção dos locais. Portanto, o envolvimento da comunidade local tem sido fundamental para a conservação do património e sustentar o desenvolvimento turístico.

Estudar o caso de Vila Nova de Cerveira, uma Vila que sofre progressivamente de gentrificação rural ao mesmo tempo que os sítios históricos estão passando por um processo de mercantilização, é possível oferecer insights sobre como a gentrificação afeta o vínculo comunitário dos adolescentes num ambiente de mudança social usando uma metodologia qualitativa.

De certa forma, o património material torna-se «desterritorializado» e deslocado da vida quotidiana. Estudos de apropriação do local também precisa de incluir uma dimensão etnográfica, para considerar novas situações que emergem quando os sítios patrimoniais se afastam da juventude e da comunidade local, como é o caso do Castelo.



Nota biográfica:

Jorge Alexandre Rodrigues **Martins**, 47 anos, natural de Vila Nova de Cerveira (Alto-Minho, Portugal), percebeu desde cedo o seu interesse pelo Património influenciado pela antiguidade da sua vila, de origem medieval (Foral de 1321, D. Dinis) e com vestígios que remontam à Idade do Bronze antigo.

Arquiteto municipal, responsável pelo Património Arquitetónico (que inclui os nove monumentos classificados, três dos quais são 'Monumentos Nacionais'), Jorge Martins é também mestre em Planeamento Urbano, onde o tema do seu a dissertação de mestrado foi "Arquitetura Religiosos pós Concílio Vaticano II: Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico – o caso do Alto Minho".

A sua paixão é o Património, a Arquitetura Religiosa e a Teologia como materialização do Sagrado.



Apresentação do projeto Centro de Interpretação Santarém Militar

Luís Mata

Historiador, Município de Santarém

Resumo:

A presença militar em Santarém, desde a Idade Média até às revoluções modernas, teve um impacto profundo na cidade, moldando sua identidade e trajetória. Além de desempenhar um papel crucial na defesa, o contingente militar influenciou a economia, sociedade e cultura local. O Centro de Interpretação Santarém Militar (CIMS) busca destacar essa história através de uma narrativa museológica inovadora, utilizando objetos, fotografias, mapas e maquetes. O museu oferecerá uma experiência educativa sobre eventos históricos, contextos políticos e sociais, e a influência militar no espaço urbano. As áreas temáticas incluem: Santarém como praça-forte, a Guerra Peninsular, Lutas Liberais, a guarnição militar, defesa da República, a EPC e o herói Salgueiro Maia.

Nota biográfica:

Luís Mata é pós-graduado em Assuntos Culturais do Âmbito das Autarquias e Mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fez parte da equipa técnica que elaborou o dossier de candidatura de Santarém a Património Mundial da UNESCO. Tem experiência de cerca de três décadas no desenvolvimento de projetos de museologia, a nível nacional. É autor e coautor de vários programas museológicos no concelho de Santarém, incluindo o do Museu de Abril e dos Valores Universais. Comissariou várias exposições do Museu Municipal de Santarém, do qual foi coordenador entre 2010 e 2013. Investiga, escreve e publica regularmente sobre Património Cultural e História Local, quer nos períodos medieval, quer contemporâneo.

A Praça-Forte de Almeida e suas dinâmicas

Paula Sousa

Historiadora, Município de Almeida

Resumo:

Nota biográfica:

Historiadora, museóloga e bibliotecária tem desempenhado funções no Município de Almeida desde 2002.

Toda a informação do XIX ENMCH em atualização em:

